

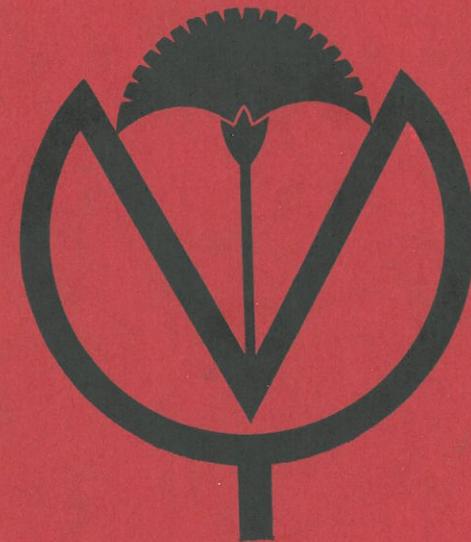
«Es siempre conmovedor, ver a un pueblo retomar en sus maros, con angustia y vacilación y pobremente, sus propios destinos, sus modos preferidos de navegar los vientos de la historia.»

«É sempre comovente, ver um povo retomar em suas mãos, com angustia e hesitação e pobremente, os seus próprios destinos, os seus modos preferidos de navegar os ventos da história.»

MARIA VELHO DA COSTA

litoral

Revista de la Poesía y el Pensamiento



PORTUGAL

25 de Abril de 1974

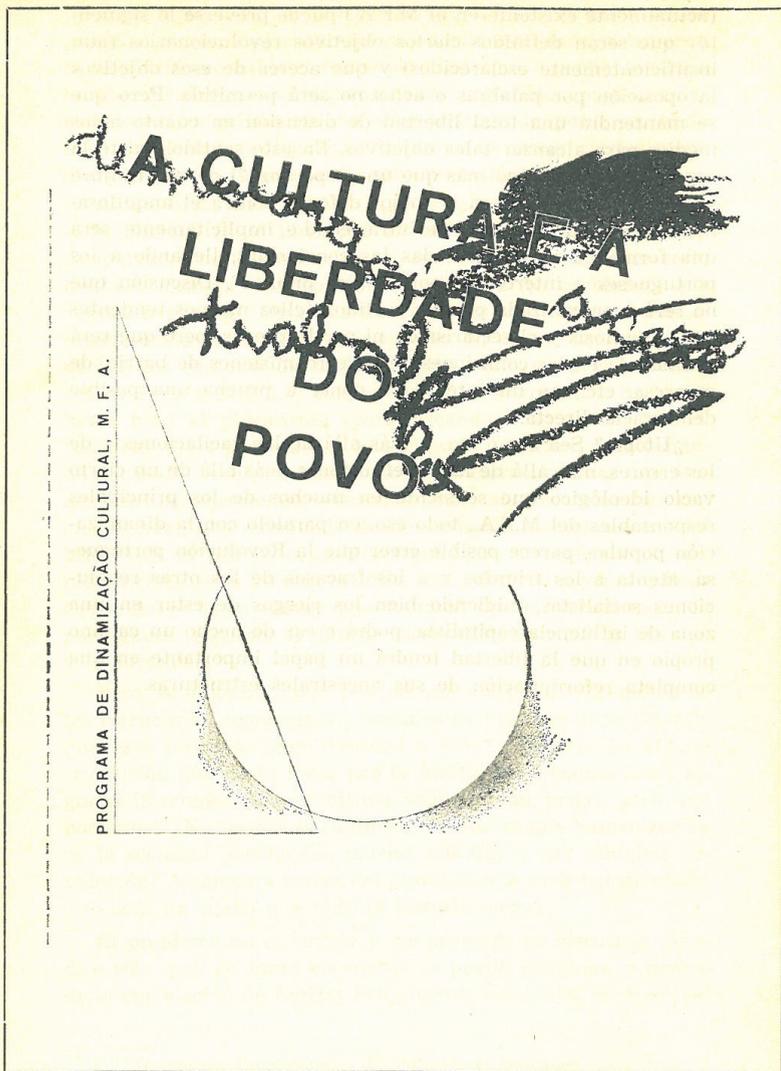
**LA REVOLUCION DE LOS CLAVELES
A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

Edición bilingüe

*Torremolinos - Málaga
Andalucía - España - Europa*

N.^{os} 53-54, 55-56, 57 y 58

(3 números dobles en un solo ejemplar)



João Marthins Pereira

UM ANO DE REVOLUÇÃO

A euforia dos cravos em Abril de 74 terá levado muitos a pensar por momentos que, a seguir a 48 anos de fascismo, o caminho só poderia ser de festa, de sorrisos, de confraternização nacional. Haviam quem notasse, e não errava, que até os habituais automobilistas irritados e vociferantes do denso trânsito lisboeta pareciam, nessas primeiras semanas de liberdade, descontraídos e amáveis. Enfim, cada um vivia a *sua* própria esperança: só que não eram as mesmas as esperanças de todos os portugueses.

O compromisso tático que associara, para derrubar o fascismo, Spínola e o então chamado "movimento dos capitães" viria a revelar-se cada vez mais difícil ao longo dos primeiros meses, sobretudo, ou com maior evidência, em torno da questão da descolonização. E não foi assim por acaso: com efeito, fora através da sua experiência na guerra colonial que os jovens oficiais haviam adquirido a dimensão política de uma revolta que inicialmente se centrara em problemas puramente militares, em descontentamentos de índole corporatista. Se havia, pois, questão em relação à qual aqueles oficiais tinham ideias políticas bem definidas essa era justamente a da justiça das lutas de libertação, a da necessidades histórica da independência das colónias. E aí eram também claras, e dadas a público ainda antes do 25 de Abril, as ideias federativas de Spínola.

Mas cedo também, motivadas pela tremenda exploração popular de Maio-Junho, pelas múltiplas lutas reivindicativas dos trabalhadores por todo o país, pela difusão massiça (através

de todos os meios de comunicação e de uma vigorosa “imprensa popular”) das ideias, análises e programas dos partidos e movimentos políticos de esquerda — cedo, diziamos, os oficiais do M.F.A. tomaram consciência da realidade quotidiana da luta de classes, das enormes dificuldades a vencer para dar cumprimento rigoroso àqueles pontos do próprio Programa do M.F.A. em que se preconizava uma política “ao serviço das camadas da população até agora mais desfavorecidas”, “tendo essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras”.

A história da revolução portuguesa durante o seu primeiro ano é, simultaneamente, a história de cada vez mais forte consciencialização política do M.F.A.

A APOSTA SOCIAL-DEMOCRATA E A EXPLOSAO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES - MAIO-JULHO DE 1974

O industrial António Champalimaud, um dos símbolos do capitalismo monopolista “moderno” em Portugal, foi sem dúvida das figuras vistas com maior frequência entre os muitos que entravam e saíam nas primeiras semanas de Maio no Palácio da Cova da Moura, sede da Junta de Salvação Nacional, a que presidia o General Spínola. Este não era mais do que um indício, entre tantos, de que o capitalismo português, sobretudo o mais esclarecido, depositou sérias esperanças no 25 de Abril: um liberalismo moderno, de tom social-democrata, permitir-lhe-ia abrir-se a novos mercados e apoios financeiros, intensificar a já iniciada integração europeia, tirar partido de um neo-colonialismo que Spínola tão obviamente prometia. Os antigos “liberais” da era caetanista, toda uma geração de tecnocratas frustrados pela rigidez do sistema anterior, pela escassa visão de um capitalismo tradicional e ultra-conservador, estavam prontos a tomar as rédeas da economia, a apostar a fundo na carta social-democrata.

Mas, entretanto, eram bem outras as esperanças, ainda que politicamente pouco elaboradas, ainda que intuitivamente nascidas de longos anos de desenfreada exploração, das largas massas trabalhadoras do campo, da indústria, dos serviços, do sector público. A forte componente anti-autoritária da grande maioria destas lutas surpreendeu muitos, mas era precisamente a reac-

ção quase primária, se bem que com um importantíssimo conteúdo político *objectivo*, à repressão vivida duramente na empresa e fora dela.

Enquanto os trabalhadores, através destas lutas, e da “descoberta” do desemprego selvagem, radicalizavam o processo de evolução política, o M.F.A., pelo seu lado, bebia nelas a verdadeira aprendizagem do País que libertara, enquanto sustentava um conflito cada dia mais agudo com Spínola e os já então chamados oficiais “Spinolistas” (boa parte das altas patentes das Forças Armadas), apoiados pelos políticos “liberais”, a propósito da descolonização. Os primeiros contactos com os movimentos de libertação, em fins de Maio com o P.A.I.G.C. em Londres, em princípios de Junho com a F.R.E.L.I.M.O. em Lusaka, tornam claro que o reconhecimento da independência é posto como condição prévia a quaisquer negociações. O M.F.A. assume-se então como único interlocutor possível, e força Spínola à sua declaração de 27 de Julho, em que reconhece oficialmente o “direito à independência dos territórios africanos sob administração portuguesa”. Duas semanas antes sofrera a primeira grande derrota interna, ao ser obrigado a aceitar a demissão do primeiro Governo Provisório, na sequência de uma crise em que o primeiro-ministro Palma Carlos tentava uma manobra para reforçar os seus poderes face ao M.F.A. Isto sem esquecer a primeira tentativa de Spínola para declarar o estado de sítio e assumir plenos poderes, em reunião com o M.F.A. em 13 de Junho. De qualquer modo, pode considerar-se que o discurso de 27 de Julho marca o fim da primeira fase da revolução portuguesa.

UM VERAO DECISIVO - JULHO/SETEMBRO 74

Os meses de Agosto e Setembro são marcados por alguns acontecimentos importantes, que denunciam um confronto cada vez mais duro: agudização da luta de classes, por um lado, oposição crescente entre o grupo Spinolista e a Comissão Coordenadora do M.F.A., por outro lado. Os prolongados conflitos da T.A.P. e do Jornal do Comércio, a espectacular manifestação dos trabalhadores da Lisnave, a fortíssima reacção popular ao amotinamento dos ex-agentes da P.I.D.E. na Penitenciária de

ção quase primária, se bem que com um importantíssimo conteúdo político *objectivo*, à repressão vivida duramente na empresa e fora dela.

Enquanto os trabalhadores, através destas lutas, e da "descoberta" do desemprego selvagem, radicalizavam o processo de evolução política, o M.F.A., pelo seu lado, bebia nelas a verdadeira aprendizagem do País que libertara, enquanto sustentava um conflito cada dia mais agudo com Spínola e os já então chamados oficiais "Spinolistas" (boa parte das altas patentes das Forças Armadas), apoiados pelos políticos "liberais", a propósito da descolonização. Os primeiros contactos com os movimentos de libertação, em fins de Maio com o P.A.I.G.C. em Londres, em princípios de Junho com a F.R.E.L.I.M.O. em Lusaka, tornam claro que o reconhecimento da independência é posto como condição prévia a quaisquer negociações. O M.F.A. assume-se então como único interlocutor possível, e força Spínola à sua declaração de 27 de Julho, em que reconhece oficialmente o "direito à independência dos territórios africanos sob administração portuguesa". Duas semanas antes sofrera a primeira grande derrota interna, ao ser obrigado a aceitar a demissão do primeiro Governo Provisório, na sequência de uma crise em que o primeiro-ministro Palma Carlos tentava uma manobra para reforçar os seus poderes face ao M.F.A. Isto sem esquecer a primeira tentativa de Spínola para declarar o estado de sitio e assumir plenos poderes, em reunião com o M.F.A. em 13 de Junho. De qualquer modo, pode considerar-se que o discurso de 27 de Julho marca o fim da primeira fase da revolução portuguesa.

UM VERAO DECISIVO - JULHO/SETEMBRO 74

Os meses de Agosto e Setembro são marcados por alguns acontecimentos importantes, que denunciam um confronto cada vez mais duro: agudização da luta de classes, por um lado, oposição crescente entre o grupo Spinolista e a Comissão Coordenadora do M.F.A., por outro lado. Os prolongados conflitos da T.A.P. e do Jornal do Comércio, a espectacular manifestação dos trabalhadores da Lisnave, a fortíssima reacção popular ao amotinamento dos ex-agentes da P.I.D.E. na Penitenciária de

Lisboa e, no campo da descolonização, o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e a assinatura dos acordos de Lusaka que fixam o calendário da independência de Moçambique e participação maioritária da F.R.E.L.I.M.O. no Governo de Moçambique — são alguns dos momentos que pontuam a acção das forças progressistas, que já então começam, aliás a dividir-se em torno das estratégias políticas mais favoráveis ao desenvolvimento do processo revolucionário. Em contrapartida, as forças reaccionárias e o capital monopolista continuam a jogar as suas cartas e a confiar na autoridade de Spínola para conduzir o país no sentido que lhes interessa, e que continuam a julgar viável: lei da greve (desde logo designada pelos trabalhadores lei “anti-greve”), grande programa de investimentos apadrinhado pelos grupos monopolistas (M.D.E./S.) e supostamente destinado a salvar a economia nacional, aparecimento de vários partidos políticos mal disfarçadamente fascistas, acção muito duvidosa de um dos generais spínolistas da Junta de Salvação Nacional no caso do amotinamento dos ex-PIDES, forte relutância de Spínola quanto aos acordos com a F.R.E.L.I.M.O., apropriação por Spínola do processo de descolonização de Angola e seu encontro com Mubuto na ilha do Sal, apoio discreto mas claro de Spínola a delegações de colonos de Angola e Moçambique (apoio esse que não foi alheio à tentativa de golpe reaccionário em Lourenço Marques a 7 de Setembro), enfim, discurso de Spínola sobre o reconhecimento da Guiné-Bissau, em que apela para o despertar da “maioria silenciosa” (10 de Setembro) e pinta um quadro de caos e desordem no país.

Estavam criadas as condições para a grande crise do 28 de Setembro, cujo pretexto foi precisamente a convocação anónima de uma manifestão da “maioria silenciosa”. Ainda que não sejam, mesmo agora, suficientemente claros muitos aspectos desta crise, é certo que Spínola se julgava com força e apoios bastantes para assumir plenos poderes e afastar os oficiais progressistas do M.F.A. da condução do processo revolucionário. A segurança das forças militares operacionais e a grande mobilização de vigilância popular (com barragens por todo o país) acabaram por levar à demissão de Spínola em 30 de Setembro. Con este desfecho, o processo dera um sério passo em frente, ao findar este verão decisivo.

Os cinco meses que se seguem, contrariamente ao que se podia esperar, denotam um avanço relativamente lento do processo revolucionário. Ressalta como primeiro grande tema político, nesta fase, a necessidade de definição de uma “estratégia antimonopolista” (mencionada no programa do M.F.A.): com efeito toma-se plena consciência de que no sector económico se mantêm intactas as estruturas de poder do grande capital, e que nesse campo se jogará muito do futuro político nacional. Entretanto, aliás, o grande capital continua a afirmar a sua confiança (se bem que se mantenha claramente na expectativa e que os seus mais reaccionários representantes não hesitem no seu apoio a partidos fantasmas e no seu contributo para a paralisia económica), enquanto que a multidão de pequenos e médios empresários — até pela sua total dependência da Banca — atravessam sérias dificuldades que os levam também, objectivamente, por temor e insegurança, quando não intencionalmente, a sabotar e a paralisar os circuitos económicos. Na realidade é todo um sistema que se defende, que “regeita” os ataques que lhe são feitos — e o capitalismo internacional actua no mesmo sentido, agravando ainda mais a situação. Os congressos dos principais partidos, reunidos no último trimestre do ano, propõem, todos eles, “medidas de emergência” e estratégias para enfrentar a degradação económica. Pelo seu lado, o Governo, impulsionado pelo recém-criado “Conselho dos 20” — órgão de cúpula do M.F.A. lança a elaboração de um Programa económico-social e confia a direcção da equipa respectiva a um dos ministros representantes do M.F.A.

Este período é, porém, assinalado sobretudo pela aceleração dos preparativos partidários para a disputa eleitoral, então prevista para fim de Março. A publicação da lei eleitoral, o início das operações de recenseamento, a legalização dos partidos e os respectivos congressos, enfim, e principalmente, a reafirmação por parte do M.F.A. da sua firme decisão de realizar as eleições para a Assembleia Constituinte — tudo isto desviou muito da atenção e dos esforços políticos no sentido da futura disputa eleitoral. Já então muitos punham em dúvida a oportunidade e a utilidade de tal acto (e nem sempre o faziam sem segundas intenções), mas não pode deixar de sublinhar-se que o clima

pre-eleitoral foi certamente responsável pelo escasso avanço do processo revolucionário durante este período, e, pior, pela violenta disputa inter-partidária, que desde então passou a servir de referência para numerosos acontecimentos, bem como pelo consequente desvio da combatividade dos trabalhadores para este campo de luta, em que tantas vezes se dividiam, perdendo de vista o inimigo principal. Neste aspecto, pode dizer-se que o verdadeiro ponto de partida de tais disputas se situa em Janeiro por ocasião do debate sobre a lei sindical. As posições opostas dos partidos socialista e comunista conduzem a uma grande tensão e, pela primeira vez o partido socialista descobre a sua capacidade de mobilização de massas. O Conselho dos 20 vê-se obrigado a tomar posição, e desde então tornam-se por vezes difíceis as relações entre o partido socialista e o M.F.A. Este, bem como outros conflitos que se seguiram, atiram cada vez mais os dirigentes socialistas para posições social-democratas e eleitoralistas, e, cada vez mais também, o partido aposta nos resultados eleitorais para adquirir, por essa via, a força política que não conseguira, até aí, obter através duma real implantação junto das massas trabalhadoras.

O partido comunista, único que surgira organizado e com uma estratégia definida logo após o 25 de Abril, e que até aqui procurava manter a unidade da coligação governamental, força, face a uma inevitabilidade de eleições que não se lhes afiguraram prometedoras, a conquista de posições-chave nos aparelhos de poder e nos meios de comunicação, o que, por sua vez, acentua a divisão partidária — mas, o que é mais grave, divide fortemente as massas trabalhadoras pois, em lugar de conquistar as bases socialistas para posições revolucionárias, conduz, inversamente, a que cada vez mais elas adiram às posições dos dirigentes.

Os partidos de direita (sobretudo o P.P.D., liderado pelos ex-liberais da era caetanista que hoje se assumem como sociais-democratas, e o C.D.S. — a que se virá a associar um rejuvenescido partido democrata-cristão bastante suspeito — onde se acoitam numerosos antigos fascistas convictos) aproveitam estas querelas para “trabalhar” o norte do país, onde quase só chegam de tempos a tempos as campanhas de “dinamização cultural” do M.F.A., insuficientes para se contrapor às

influências de caciques locais e de padres reaccionários, diariamente empenhados num feroz anti-comunismo.

Entretanto o declínio económico vai-se acentuando, só em Fevereiro vindo a ser aprovado o Programa de Política Económica e Social, moderado, ambíguo e de tom tecnocrático, que desde logo pareceu claramente inadequado às urgentes necessidades económicas e políticas.

As forças reaccionárias bem compreenderam ser chegado o momento de efectuar novo ataque à revolução portuguesa. De novo esta se iria encontrar perante a alternativa dramática de um regresso ao passado ou de um novo salto em frente.

O AVANÇO SEM RETORNO - MARÇO/JUNHO 75

No 11 de Março Spínola jogou, desastrada e precipitadamente, a sua última cartada. Golpe também ele (como o de 28 de Setembro) ainda mal esclarecido, ele veio denunciar as insuficiências do saneamento nas forças armadas: numerosos spinolistas haviam mantido postos de responsabilidade na hierarquia militar e em unidades operacionais.

Tudo parecia —e de facto estava— mais claro após o 11 de Março. Constitui-se o Conselho da Revolução, é firmemente proclamada a “opção socialista”, é nacionalizada a Banca — fortaleza do capital monopolista. Mas a formação do novo governo, demorada e oficial, denuncia a continuação de sérias tensões partidárias. É certo que no sector económico se efectuam decisivos avanços, sobretudo no destroçar do grande capital (nacionalizações e controle de sectores básicos da indústria e dos transportes) e na preparação da reforma agrária. Os trabalhadores reforçam as suas posições no controle da produção a nível de empresa. Mas nem por isso deixam de se suceder os momentos de conflito entre os principais partidos. A campanha eleitoral, os resultados das eleições (triunfalismo do partido socialista, enquanto o partido comunista se vê obrigado a demonstrar a sua força extra-eleitoral) vão conduzir a afrontamentos desgastantes, em particular os gerados em torno da manifestação do 1.º de Maio e posteriormente o famoso caso “República”. Daí que começa a notar-se entre os militares um desencantamento em relação à acção dos partidos, uma busca de formas de ligação

directa entre o M.F.A. e as massas populares — este um dos “grandes temas” deste período. Daí que a própria acção do Governo se veja seriamente paralisada, pela instabilidade que se constata ou que se adivinha. Isto enquanto se chega ao ponto em que se torna cada vez mais inadiável a tomada de decisões que energicamente se oponham à continuação da degradação económica: se a revolução exige sacrifícios, há que fazê-los sob pena de se perder a revolução. Só que, para tanto, se torna imprescindível uma autoridade revolucionária indiscutida; ora, atingido pelos reflexos das questões partidárias, o M.F.A. foi perdendo, aos olhos de muitos, a imagem límpida com que surgiu a 25 de Abril. Se tal era inevitável, pois a luta de classes “atravessa” necessariamente todas as estruturas sociais, o certo é que se sente a urgência de efectuar, uma vez mais — e desta vez “a frio” —, grandes opções políticas. É assim que o Conselho da Revolução se fecha durante dez dias em debate e reflexão, de que se espera enfim um novo passo em frente. Daí resulta o Plano de Acção Política, documento afinal de novo compromisso, cujos efeitos a curto prazo ainda não estão definidos, no momento em que escrevo.

Não é, nestas condições, fácil apontar conclusões: após mais de um ano de revolução apenas se pode dizer que, até aqui, o processo revolucionário nunca retrocedeu; que foram, sem sombra de dúvida, as massas trabalhadoras quem, acima de tudo o impulsionou e sustentou; que a actual coligação partidária dificilmente sobreviverá a novos avanços; que, por fim, para que estes sejam possíveis, terá o M.F.A. que reconquistar uma autoridade junto das grandes massas populares que só poderá encontrar naquela maturidade que se situa entre o populismo e as tentações partidaristas. Quaisquer outras alternativas seriam, para o povo português, igualmente dramáticas.